



ATA ORDINÁRIA Nº 2851/2020

1
2 Ao primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte, às dezoito horas, reuniram-se para
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA
4 do Município de Porto Alegre, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO CMDUA,
5 em razão do decreto municipal a fim de *combater* o coronavírus e a propagação da
6 pandemia entre as pessoas, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e
7 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença
8 dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular),
9 **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª
10 **Suplente**), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Artur Ribas (Titular),
11 **Gabinete do Prefeito – GP**; Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), **Fundação Estadual de**
12 **Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke
13 (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio**
14 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular) e Carolina
15 Wallau de Oliveira Kessler (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
16 **Econômico – SMDE**; Ana Paula (Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e**
17 **Mobilidade Urbana – SMIM**; e Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), **Secretaria**
18 **Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO**
19 **GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de**
20 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso**
21 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular) e Raquel Hagen
22 (2ª Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**;
23 Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul**
24 **– CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil –**
25 **IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
26 **Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos**
27 **Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato**
28 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular),
29 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA**
30 **SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de**
31 **Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de**
32 **Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região**
33 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de**
34 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular),
35 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes
36 (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Jane Eliane Ferreira
37 Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo
38 de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson
39 Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
40 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP - HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**:
41 Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretaria Executiva da SMAMS**; Patrícia C. Ribeiro,
42 **Taquígrafa/Tachys Graphen**. **PAUTA**: 1. **Abertura**; 2. **Votação das Atas 2839, 2840 e**
43 **2841/2020**; 3 **Comunicação**; 4. **Ordem do dia (Processos)**. Após assinatura da lista de
44 presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**.
45 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



46 **Sustentabilidade - SMAMS:** Enquanto o pessoal vai ingressando, peço que quem tiver
47 interesse para o período de Comunicação que faça a inscrição. a gente tem o Conselheiro
48 Felisberto inscrito, temos um pedido externo, o Michael Santos, liderança da Cruzeiro,
49 indicado pelo Conselheiro Paulo Jorge. Tivemos uma boa reunião na quinta-feira passada,
50 um debate bem bacana, amadurecemos o tema. Inclusive, a gente tem que dar um bom
51 encaminhamento para de fato fechar com aquele tema. Eu vou fazer a consulta, peço que
52 os senhores façam uma reflexão, em função até da proposta do Conselheiro Gomes, de a
53 gente fechar esse tema, que foi levantado da questão das medidas mitigatórias. A gente
54 sentiu falta, porque faltaria um pouquinho mais para a gente conversa um pouco mais,
55 prestar alguns esclarecimentos. No primeiro encontro nós tivemos a apresentação do
56 modelo de funcionamento. Se for da vontade dos Senhores Conselheiros, a gente tem
57 também a própria Conselheira Patrícia, a equipe do planejamento, que tem uma proposta,
58 uma ideia para apresentar a vocês de funcionamento dessas medidas mitigatórias, de
59 como definir. Se for do entendimento dos Senhores Conselheiros, vou deixar para o final,
60 para que todos possam entrar, já vão refletindo. Talvez na próxima reunião que a gente
61 tenha de regularização fundiária a gente dá continuidade nessa pauta das medidas
62 mitigatórias e fecha esse tema, conforme sugeriu o Conselheiro Gomes. Então, a gente
63 debate e tenta faz um encerramento dessa matéria. Acho que pode ser interessante, mas
64 aí a gente joga o outro tema um pouquinho mais para frente. Enfim, façam essa reflexão,
65 senão a gente traz o tema da regularização fundiária na próxima também, seguindo o
66 nosso cronograma. Então, temos alguém inscrito para o período de Comunicação?
67 (Inscritos). Vamos abrir para o período de Comunicação externa. Passo a palavra o
68 Michael fazer o uso da comunicação externa. Enquanto o Michael se organiza ali para a
69 comunicação, passo ao Conselheiro Felisberto, iniciando o nosso período de
70 Comunicação. O Conselheiro Felisberto deu uma saidinha. Então, vamos passar ao
71 Conselheiro Hermes. **3 COMUNICAÇÃO. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato**
72 **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu queria,
73 primeiramente, cumprimentar todo mundo, todos os conselheiros presentes e convidar, eu
74 até estava preocupado, porque eu não sabia, eu não vi que tinha Sid cancelada a reunião
75 de quinta-feira, mas nas próximas quatro quintas-feiras do mês de setembro, que é
76 amanhã, dia 03, dia 10 e 24, o Sindicato dos Arquitetos vai fazer, é uma série de eventos
77 que todos os anos são feitos, presencialmente. Este ano vai ser via internet, que se chama
78 *Olhares Sobre a Cidade*. Então, depois eu vou mandar por e-mail, pelos grupos de Whats,
79 mas deixar o convite. Amanhã é o primeiro evento, que é *Olhares Sobre a Cidade do*
80 *Movimento Popular*, são os olhares de movimento popular. São várias entidades dos
81 movimentos populares que vão fazer uma apresentação, como o título está dizendo, os
82 seus olhares. Na outra quinta-feira, que é dia 10, é o *Plano Diretor e Política Habitacional*,
83 o palestrante vai ser o Nabil Bonduki, para quem não conhece é um arquiteto muito
84 conhecido, foi Secretário de Planejamento do Município de São Paulo, foi professor em
85 São Paulo também da USP. Tem um currículo bastante extenso, ele é colunista da Folha
86 de São Paulo. E na outra quinta-feira, dia 17, o título é *Popularizar o Planejamento*
87 *Urbano, Plano Diretor e as Periferias*, com a Arquiteta Tainá de Paula, que é bem
88 conhecida nessa área de planejamento urbano e as questões das periferias, a cidade
89 como um todo. E, por fim, na última quinta-feira do mês a *Luta Institucional*, que é um
90 debate com o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual, a UFRGS e o
91 Atua POA, que é um movimento que eu acho que todos conhecem ou pelo menos já foi
92 citado várias vezes, que tem vários conselheiros, inclusive, participam. Eu queria deixar o



93 convite, então. E se tem mais um tempinho, Secretário, como não vamos ter reunião
94 quinta, eu ia dizer que o pessoal dos sindicatos, que sou eu e os suplentes, não iriam
95 participar, mas isso não vai ser problema. Eu acho que na última quinta-feira que tem a
96 nossa reunião temática, né. Por fim, eu vou também divulgar no site, nos meios de
97 comunicação do Conselho, duas notas de repudia, uma do sindicato, em relação às
98 alterações de movimentação de funcionários da prefeitura, sem motivos, por motivos
99 entendidos que são motivos políticos. Funcionários que de certa forma não concordam ou
100 não são parceiros, não dizem “amém”, a maioria dos funcionários não é arquiteto, mas é
101 uma preocupação que nós temos com esse tipo de atitude, que a gente sabe, é comum,
102 mas que não podemos ficar calados. Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular),**
103 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite a todos.
104 Presidente, vou começar pelo seu anúncio aí, eu lhe agradeço por atender os nossos
105 pleitos e cancelar a nossa 8ª reunião extraordinária, que ocorreria na próxima quinta-feira.
106 Acho que é importante o Senhor nos escutar, o nosso Conselho é um Conselho de
107 pessoas interessadas na cidade. Nós queremos conversar em um ambiente bom e que
108 esse ambiente seja recíproco, né, e nós possamos conversar, respeitar e sermos
109 respeitados. Eu queria também informar que eu fiz a leitura dessa Ata 2839, li aquelas 22
110 folhas de registros ali, enviei as minhas observações por e-mail para todos os conselheiros
111 e conselheiras. São pequenas observações que ficaram ali registradas. Então, era isso
112 que eu queria comentar e agradecer. Boa noite a todos, vamos continuar esta reunião.
113 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**
114 **2:** Boa noite a todos. Boa noite, Presidente. Eu me inscrevi, mas o senhor reforçou o apoio
115 da gente retomar essa conversa da contrapartida, que foi muito esclarecedora e para nós
116 é importante continuar. Então, eu apoio a iniciativa, espero que logo, logo a gente faça
117 essa reunião com todo o Conselho. Obrigado por nos atender. **Luiz Antônio Marques**
118 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite.
119 Conselheiros, boa noite. Semana passada, precisamente na sexta-feira, a RGP. 06 perdeu
120 uma importante delegada, a delegada mais votação, diga-se de passagem, vítima da
121 Covid. Quero deixar registrada a minha homenagem neste Conselho. A conselheira era a
122 Dona Geneci Iara Moraes Gonçalves, militante do movimento popular há muitos anos,
123 militante do movimento da Igreja Católica, ministra para quem conhece a Igreja Católica,
124 eu não conheço. E mãe do nosso Conselheiro do OP, do Emerson. Então, Presidente, eu
125 queria que ficasse registrada essa homenagem, que este Conselheiro que faz a essa
126 grande companheira que a gente perdeu na sexta-feira. Era isso e obrigado. **Germano**
127 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
128 **SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Meus sentimentos também em nome do Conselho
129 do Plano pela perda. Por favor, repasse o nosso respeito ao Conselheiro Emerson. Sei
130 que o momento é difícil, não tenho palavras, mas é importante a gente em oração pedir
131 que fique tudo bem, que seja confortada toda a família. Vamos tentar o Conselheiro
132 Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
133 **RGP. 1:** Boa noite, Secretário. Primeiro, eu quero ir na mesma linha do que falou o
134 Gomes, meus sentimentos ao Emerson pela perda da mãe. Eu sei o quanto isso dói. Eu
135 me lembro da perda da minha mãe e isso é uma dor que é difícil passar no primeiro
136 momento. Depois fica a saudade e a lembrança dos momentos vividos e do que não
137 viveremos mais, né. Então, quero apresentar minha solidariedade ao Emerson e à família
138 dele. Segundo, é a questão do Matos Sampaio, Secretário. Eu não sei se a Tânia já falou,
139 mas é importante a gente ter um olhar, porque é aquilo que eu digo várias vezes aqui no



140 Conselho, enquanto se aprovam determinados empreendimentos as comunidades ficam
141 esperando anos por uma definição da regularização fundiária, das suas melhores
142 condições de vida. Então, eu peço que a Secretaria dê uma olhada, porque não basta o
143 cercamento de uma área que vai resolver o problema. E tem que predominar o interesse
144 das comunidades que estão lá há anos. Então, tentar através deste Conselho, da sua
145 Secretaria e de vários membros deste Conselho que fazem de parte do corpo técnico da
146 prefeitura, um olhar com mais agilidade àquela comunidade, que está aflita e precisa de
147 um olhar no momento exatamente da pandemia, que faz com que os corações e mentes se
148 abram mais para um olhar mais de solidariedade. E a terceira coisa é reiterar o pedido
149 para que as pessoas enviem os textos para o livro, né. Então, estou aguardando. Era isso
150 e obrigado. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio**
151 **Grande do Sul - SENGE/RS:** Obrigado, Presidente. Boa noite a todos. Primeiramente,
152 com a notícia trazida pelo Conselheiro Gomes, quero desejar um sentimento, que a paz
153 reine no coração e na cabeça dos familiares, que possam com isso passar esse momento
154 tão difícil. Gomes, por favor, passe o meu abraço ao Conselheiro Emerson, em nome de
155 toda a família aqui do Conselho. Bem, o meu assunto, na verdade, eu gostaria que fosse
156 consignado, eu gostaria de saudar a Prefeitura pelo anúncio dos 170 empreendimentos
157 que estão para ocorrerem com o investimento de 8,4 bilhões na cidade em termos de
158 investimento em construção civil. Eu acho que isso vem ao encontro neste momento tão
159 difícil que estamos vivendo de retomar a construção civil, de gerar emprego na construção
160 civil, que nós sabemos que é o setor mais sensível em qualquer crise, de qualquer
161 natureza. E isso só vem a consolidar uma diretriz rumo ao crescimento, rumo à geração de
162 emprego, principalmente auxiliar as famílias hoje que estão com bastante dificuldade
163 financeira. É só através de investimento sólido e empreendimentos concretos que eles
164 conseguem dar a volta por cima. Então, eu gostaria de saudar a Prefeitura, a equipe, na
165 pessoa do Secretário agora, não Presidente do CMDUA, mas na figura do Secretário, pelo
166 excelente trabalho que vem fazendo à frente da pasta e com o destravamento de todos os
167 projetos. Lembro que isso é uma saudação conjunta do Sindicato dos Engenheiros pelos
168 seus 11 mil engenheiros e mais 4 mil arquitetos sócios do Sindicato dos Engenheiros.
169 Parabéns, Secretário, e principalmente à equipe que vem arduamente trabalhando para
170 que isso seja concreto e não só um discurso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e**
171 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
172 Conselheiro Fernando, pelo elogio, o qual transmito para a equipe, aqui tem alguns
173 integrantes presentes, diretores, Arthur, Patrícia, Gisele e toda a equipe que faz parte
174 dessas entregas. O Secretário só representa lá a entrega, que é o trabalho da equipe que
175 vem construindo a muito esforço e vem na medida do possível tentando dar mais
176 celeridade, qualificar os processos, melhorar. É nesse sentido que a gente vem
177 trabalhando aí para construir, reter e atrair novos investimentos na Cidade de Porto
178 Alegre, que tanto preciso. Eu vou passar para a Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos**
179 **Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a
180 todos. Eu gostaria de fazer um informe, o Felisberto já se pronunciou com relação ao que
181 está acontecendo aqui no Matos Sampaio. Eu venho tornar público o apelo das famílias
182 residentes no Mato Sampaio, Bom Jesus, que estão solicitando o encerramento do
183 processo de reintegração de posse, feito pela Prefeitura de Porto Alegre há um ano. A
184 população está sendo pressionada, constantemente, através do Ministério Público e da
185 Prefeitura de Porto Alegre, através de audiências virtuais para que sejam coniventes com
186 o cercamento de parte do território, sem que seja feito um projeto de regularização



187 fundiária, um estudo prévio da situação social, urbana, arquitetônica, econômica e também
188 as questões culturais, étnicas e religiosas dessas famílias. A Procuradora Urbanística
189 Débora encaminhou junto ao Ministério Público o pedido de audiência ao Centro Jurídico
190 de Soluções de Conflitos e Cidadania. Então, inclusive, agora eu fui informada que esse
191 pedido junto ao Ministério Público foi atendido e vai se realizar agora dia 8 de setembro,
192 essa audiência pública. Nós gostaríamos de saber, no caso da remoção dessas famílias,
193 para adaptação do projeto de regularização fundiária, que até, então, não apareceu como
194 serão relocados, como serão indenizadas essas famílias, caso precisem sair quando
195 houver, no caso, a regulamentação fundiária, que até, então, não tem projeto nenhum. E
196 eles já estão querendo cercar uma área, isso é muito preocupante. Então, eu venho fazer
197 esse apelo aqui a todos os colegas do Conselho e ao Presidente para que fique claro o
198 que está acontecendo lá e que a gente também possa tomar alguma resolução com
199 relação a isso. Muito obrigada. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**
200 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu tinha pedido para uma
201 liderança nossa da Cruzeiro falar, o Michael, mas acho que não conseguiu entrar. Então,
202 eu queria pedir para falar sobre esse tema a este Conselho, uma comunicação da nossa
203 região. Se não for possível eu falo meus 3 minutos, depois peço uma Questão de Ordem.
204 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
205 **Sustentabilidade - SMAMS:** O Michael até entrou de novo, estou vendo, não sei se quer
206 que a gente tente ou o senhor vai fazer a comunicação? **Paulo Jorge Amaral Cardoso**
207 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu gostaria que ele
208 falasse. Estou tentando falar com ele, para ver se ele consegue falar. **Germano Bremm,**
209 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
210 Vamos tentar liberar o microfone, Michael. Tenta aí! **Michael Santos, Região Cruzeiro:**
211 Obrigado, Germano e demais conselheiros por esta oportunidade. Eu queria trazer para
212 este Conselho a discussão sobre uma questão que para nós é de extrema importância,
213 porque traz impactos em várias questões aqui da nossa região, que são as questões das
214 contrapartidas da MULTIPLAN. Eu tive acesso, inclusive, estou aqui em mãos com o que a
215 gente montou, esta cartilha onde estão os termos, os compromissos das medidas
216 mitigatórias desse empreendimento. E que lá está gravado em torno de 6 milhões para
217 medidas sociais aqui, também está gravado para nós o centro de capacitação lá da União
218 de Vilas, que é uma demanda antiga do Orçamento Participativo, em que há mais ou
219 menos uns 7, 8 anos a região da Grande Cruzeiro, todas as instituições fizeram o gesto de
220 abrir mão das suas demandas para gravar essa demanda como sendo prioritária aqui da
221 região. E que só pode ter recursos para poder fazer a construção do centro de capacitação
222 a partir desse empreendimento da MULTIPLAN, onde está gravado lá como uma das
223 medidas obrigatórias a serem feitas. Nós não entendemos do procedimento e por que a
224 Prefeitura ignorou, mesmo estando assinado pelo prefeito na época José Fortunati, Vice
225 Prefeito Sebastião Melo, o Procurador Municipal, a direção, os representantes da
226 MULTIPLAN e essas demandas acabaram não se concretizando. Nós já estamos
227 acompanhando lá, já tem uma movimentação dentro da área do Shopping Cristal, de obra.
228 E este Conselho tem que tomar conhecimento, porque são 84 milhões de recursos
229 gravados para a cidade, não só para a Cruzeiro, inclusive, aqui para a saúde, neste
230 momento que a gente está enfrentando essa pandemia, lá estão gravadas várias
231 demandas de saúde, como reforma de postos de saúde, também a troca dos
232 equipamentos de geração de energia aqui do Postão de Saúde da Cruzeiro. Já aconteceu
233 de faltar energia aqui e por muita sorte nós não temos óbitos ali, porque foi restabelecido



234 logo. Então, aqui é precária a questão de energia, o abastecimento elétrico aqui para o
235 posto de saúde. Não é uma demanda qualquer. Tem a reforma das escolas municipais
236 também, Secretário Germano, gravada aqui também, do Cristal que demanda melhorias e
237 reformas em telhados. Então, tem uma série de elementos que é gravada e que nós
238 ficamos muito angustiados em ver que as coisas não estão acontecendo. E este Conselho
239 que é parte, que foi debatido por dentro do Conselho, e foram feitas as audiências
240 necessárias, e legais para que esse empreendimento saísse e fosse efetivado. E essas
241 medidas não podem deixar acontecer, porque nós temos a nossa demanda da cidade, a
242 nossa demanda das regiões Glória, Cruzeiro e Cristal, especialmente no que tange
243 essas questões de saúde, educação e o trabalho social. Obrigado por esta oportunidade e
244 que Deus abençoe a todos e a todas. Um bom debate nesta noite. **Germano Bremm,**
245 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
246 Obrigado, Michael, pela manifestação, importante trazer a este debate a comunicação, o
247 assunto que vem sendo conduzido pela Procuradoria do Município. Eu me lembro um
248 pouco do histórico da discussão em relação às medidas, algumas coisas não foram
249 possíveis de serem aprovadas, porque não tinham regularidade ou matrícula, algo nesse
250 sentido, mas acho que a Procuradoria Geral do Município era o canal que estava bem por
251 dentro dessas medidas. Sugiro procurar a Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente,
252 que coordena a questão dos termos de compromisso. Então, eles são poder dar o
253 andamento de como está essa situação lá. Senhores Conselheiros, a gente avançando
254 aqui no período de comunicação, temos a Ata 2839 que foi disponibilizado somente na
255 sexta ou no sábado. Então, as outras, a 2840 e 2841 não foram disponibilizados aos
256 Senhores Conselheiros. Então, a gente disponibiliza na próxima reunião. Está tendo algum
257 probleminha com a composição das atas, algum atraso em relação a questões contratuais
258 com a taquígrafa, mas na próxima talvez a gente já tenha a 2840 e 2841, aí a gente
259 delibera, inclusive, essa 2839, que foi disponibilizada na sexta para todos vocês. São 6:34,
260 nós não vamos ter as nossas reuniões extraordinárias para tentar avançar com a nossa
261 pauta, para a gente não deixar acumular. E ao final da sessão a gente pode retomar
262 alguma outra discussão. **4. ORDEM DO DIA ITEM 4.01:** está em diligência para a CAUGE,
263 aguardando retorno. O **4.02** em diligência para a CADAP, também aguardando retorno. O
264 4.03 a gente tem um parecer de vista. É um gravame de traçado viário, a Conselheira
265 Patrícia fez o relato, parecer favorável, foi junto ao SEI em 30/06. Tivemos a apresentação
266 pela equipe do planejamento e tivemos um relato de vista do Conselheiro Felisberto. Eu
267 vou pedir, antes de ouvir o Conselheiro Felisberto. Temos uma Questão de Ordem da
268 Conselheira Jane. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de**
269 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Desculpem, é a minha primeira vez nessas reuniões. Então,
270 vou cometer algumas gafes. A Maristela está saindo, a partir de agora eu estou assumindo
271 o Conselho do Plano Diretor. É um prazer estar aqui nesta sala. Já me caiu aqui uma
272 relatoria, eu não sei muito bem como que a gente procede a respeito disso, vou
273 aprendendo durante a reunião aí. Boa noite e meus sentimentos ao falecimento da mãe do
274 Emerson. Um grande abraço. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**
275 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Da mesma forma, Secretário. E o meu apoio ao Matos
276 Sampaio lá. Estamos juntas, Tânia! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
277 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Jane, seja
278 bem-vinda a este Conselho. Aqui temos a nossa secretária executiva também, que pode
279 ser contatada para ajudar, prestar algum esclarecimento. Tenho certeza que todos os
280 conselheiros vão lhe receber superbem. O nosso agradecimento à Conselheira Maristela



281 pela parceria de sempre nos mais diversos encontros que a gente teve, com debate
282 sempre de alto nível. Obrigado, Maristela, por tudo. Entrou aqui, a gente fez os devidos
283 cumprimentos e menções de apoio ao Conselheiro Emerson, pelo falecimento da sua mãe.
284 O Conselheiro Gomes aqui registrou, Conselheiro Emerson, o ocorrido. Fica em nome
285 deste Conselho o nosso sentimento, o desejo de força. Sabemos que é difícil neste
286 momento encontrar palavras que comportem a dor de todos os familiares, mas a gente
287 está aí na torcida para que a família seja abraçada com carinho e amor e que possa
288 continuar aí. O tempo acalma um pouco o coração, mas a gente gostaria de registrar os
289 nossos sentimentos pela tua perda. Então, vou pedir para a equipe do planejamento fazer
290 um relato desse processo, para nos lembrar. A Catiane está aqui, da equipe do
291 planejamento, para lembrar rapidamente qual foi o objeto do presente processo, depois
292 consulto o Conselheiro Felisberto se vai ter relato de vista, senão a gente encaminha para
293 debate e votação. Eu acho que esse processo já foi até debatido, né? **Catiane**
294 **Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Então, boa noite,
295 Secretário. Boa noite, Conselhos. É o Processo 18.0.000030857-5. Trata-se de um
296 gravame e cadastramento de logradouro do Beco do Paraíso. Aqui a gente tem a Imagem
297 01 da resolução sem o gravame, na Imagem 02 a gente vê já com o gravame. É uma via
298 que está consolidada pelo uso desde o início da década de 80, conforme informações dos
299 mapas cadastrais municipais. Localizado na Região de Planejamento 8, no Bairro Extrema,
300 tem acesso pela Estrada do Varejão e é uma via paralela à Rua Luiz Correia da Silva. Aqui
301 na imagem de satélite a gente consegue ver melhor, em azul o Beco do Paraíso, objeto
302 desse gravame e cadastramento. Então, a solicitação se dá através do próprio requerente,
303 o proprietário, que tem a intenção de regularizar o seu imóvel e para isso ele solicita
304 cadastramento do logradouro. Passou pela análise da equipe de regularização fundiária,
305 Unidade de Desenvolvimento Urbano e Procuradoria Municipal, ambos favoráveis ao
306 gravame. Então, se trata do gravame de traçado viário do Beco do Paraíso, com 12,5m de
307 largura e extensão aproximada de 900m com início na Estrada do Varejão. E o
308 cadastramento do referido trecho com largura de 6,20m. Esse gravame e o cadastramento
309 possibilitará a regularização das edificações lá existentes. Aqui a gente tem os pareceres
310 quanto à classificação do logradouro. Parecer da procuradoria, que não vê óbice do ponto
311 de vista jurídico. É isso, obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
312 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane, pela
313 apresentação, que nos lembrou o relato da Conselheira Patrícia. Eu consulto o
314 Conselheiro Felisberto se vai fazer o relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
315 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sim, Secretário. Primeiramente,
316 assim, eu não vou ter que fazer o parecer oral agora, mas eu mandarei. Eu estive na área
317 sexta-feira, eu me movimentei durante todo o beco e para mim ficaram bem claras algumas
318 questões que não estão esclarecidas nesse processo. É uma área rural, tem atividade de
319 criação de ovelhas, criação de cavalo e de vacas. E, além disso, é uma área de
320 preservação. Isso é uma dúvida, não ficou bem esclarecida essa questão da preservação.
321 Em vista de tudo isso, Secretário, o meu voto, o meu parecer de vista é contrário, porque
322 não fica claro se é no fim do beco ou no meio do beco. Não fica bem claro. Então, eu vou
323 mandar o parecer por escrito e é contrário à consagração do logradouro. Então, nesse
324 sentido, meu voto é contrário, meu parecer é contrário e submeto aos meus pares.
325 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
326 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu consulto se tem alguém
327 inscrito para debater o processo. A gente tem o Conselheiro Darci inscrito e já inscrevo,



328 automaticamente, a Conselheira Patrícia para falar por último, a partir das falas que
329 tiverem para poder prestar os esclarecimentos devidos. Conselheiro Darci. **Darci Barnech**
330 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
331 **ABES/RS:** Então, boa noite a todos. Também desejar que o nosso Conselheiro Emerson
332 encontre uma palavra de consolo, quem já perdeu sua mãe sabe o quanto dói, o quanto
333 mexe com a gente, né, mas a vida segue e, infelizmente, a gente tem que continuar. Quer
334 dizer, felizmente até, porque esse é o princípio da vida. Eu gostaria de ver com a nossa
335 secretária, confirmar, eu mandei a recém o parecer de vista do processo seguinte, para
336 depois se precisar acessar. Obrigado. Durante a semana a gente conseguiu, ali pelo
337 WhatsApp das entidades, com a Patrícia e com algumas participações a mais, fazer um
338 pequeno debate também, a gente já começou o debate deste processo na semana
339 passada. E fiquei mais convicto ainda, né, porque nós temos uma Legislação Federal. A
340 Cidade Porto Alegre na revisão lá de 1900 e poucos do Plano Diretor, transformou a área
341 rural em rururbana. Essa discussão eu acompanhei, eu era Secretário do Município,
342 agrônomo. A gente fez o levantamento de toda a área rural junto, pela a UFRGS a gente
343 fez, junto com a Secretaria de Indústria e Comércio, que tinha na época o serviço de
344 extensão rural junto com a EMATER. Então, a gente acompanhou essa discussão e a
345 transformação do rururbano era exatamente para criar uma nova figura jurídica e sair da
346 figura jurídica existente federal hoje. O Município Porto Alegre, realmente, a avaliação
347 sincera é que a transformação não foi bem entendida, talvez não tenha sido bem escrita a
348 redação, né, e o resultado final não foi o pretendido. Eu não tenho nenhuma análise contra
349 nenhuma análise que tenha sido ruim, mas foi uma volta que talvez tenha voltado a uma
350 situação que não era a que se queria também, não se queria nenhuma e nem outro, queria
351 outra situação de uma área que é de uma cidade, capital do estado e que quer manter a
352 sua área rural com as características de área de área rural. Então, voltou a legislação de
353 área rural, que cria um módulo rural, abaixo do módulo rural eu não posso negociar, eu
354 não posso emitir escrituras. Isso eu sei porque já tentei comprar as tais chacinhas que a
355 gente vai tentar comprar, né. Tu não compras, tu não tens escritura, é aquele documento
356 público que diz que a área é tua, mas que aquilo ali fica, os advogados sabem muito bem
357 que esse documento fica lá, fica gravado, mas tu não tens escritura, porque a legislação
358 federal não permite que a área rural tenha o parcelamento abaixo do módulo rural. Aí sai
359 de canto toda a legislação municipal e o que está se fazendo ali é a regularização, não é
360 regularização, porque regularizar não vai poder, está se abrindo uma via dentro de uma
361 área rural. Inclusive, não sei, eu não pedi vista ao processo, mas, provavelmente, essa
362 diretriz que está sendo criada, esse arruamento, é uma propriedade privada. O solo ali é a
363 propriedade privada, que teria que ser desapropriado, mas o que está sendo feito ali, na
364 prática, é um meio para regularizar depois uma ocupação mais intensa de uma área rural.
365 Se a Cidade de Porto Alegre decidiu por lei duas vezes, botou um Plano Diretor lá atrás,
366 depois resolveu voltar, depois resolveu botar que ela quer uma área rural, nós do
367 Conselho do Plano Diretor não podemos fazer um ato que agrida a área rural de Porto
368 Alegre. (Sinalização de tempo esgotado). Aí estaremos contra a legislação. Então, eu
369 acompanho o voto de vista do Conselheiro Felisberto. **Luiz Antônio Marques Gomes**
370 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, novamente. Eu
371 queria fazer um comentário sobre essa questão, que está havendo um equívoco e é um
372 equívoco muito grande sobre o objeto que nós estamos falando. Nós não estamos fazendo
373 digamos assim, não estamos trabalhando com as propriedades, pequenas propriedades
374 que ali existem. Independente de fazer o questionamento da questão do módulo rural, tu



375 acabou obtendo aqueles registros provisórios, precários, de parte do todo para ter algum
376 vínculo e tal, mas não é isso que está se discutindo. O que está se discutindo é uma
377 necessidade que vem aí, e grande, na área rural e não ofende a área rural de maneira
378 nenhuma. Simplesmente cadastra os acessos, porque é uma necessidade para poder
379 cadastrar as atividades rurais. Elas têm que estar vinculadas a um meio, digamos assim,
380 um acesso que seja cadastrado, reconhecido pelo município para poder legalizar a
381 atividade rural. E aí eu lembro, eu estou sabendo disso porque estou participando de
382 discussões aí ligadas à produção orgânica na área rural de Porto Alegre e tem um projeto
383 importante que vai transformar a cidade como cidade exclusiva de produção orgânica na
384 área rural, sendo proibida a produção que não seja orgânica. E um dos entraves que vão
385 ter esses produtores é que vão ter que legalizar suas propriedades, têm que fazer uma
386 espécie de regularização fundiária da área rural. É um problema bastante sério e essa
387 interpretação que nós estamos dando, que é apenas um acesso, cadastrar um acesso, tem
388 um equívoco enorme, porque vai atrapalhar cada vez mais esse procedimento. Não tem
389 nada a ver com ocupação, urbanização, pelo contrário, é uma maneira de firmar o produtor
390 na zona rural, produzindo legal dentro de um programa bacana, que a cidade se prepara
391 para o Porto Alegre livre de produtos que não sejam de agrotóxicos. Somente poderão ter
392 produtos orgânicos e o prazo já está correndo. Então, eu fortaleço essa posição, há um
393 equívoco muito grande e nós precisamos aprovar esse tipo de projeto e virão outros, virão
394 outros porque é uma necessidade do produtor rural para estar regularizado, para poder
395 botar o seu produto na praça, para ter nota, etc. e etc. Aliás, Presidente, poderia ser um
396 tema em algum momento de algum especialista, principalmente esses órgãos ambientais
397 que estão lidando com a certificação de produto orgânico e tem vários hoje aqui na região
398 de Porto Alegre e na Grande Porto Alegre. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato**
399 **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A minha inscrição era para
400 pedir esclarecimentos para a relatora sobre o objetivo do gravame, para regularizar
401 residências, lotes pequenos para regularizar modos rurais, o que está por trás disso. E eu
402 queria complementar fazendo minhas as palavras do Darci. Realmente, foi feito a
403 rururbana, acho que não foi entendido, mas era exatamente no sentido de trazer uma
404 solução que contemplasse a ocupação rural e aquela ocupação já existentes em algumas
405 situações, que trouxesse como foi dito, um meio termo. Então, eu gostaria desses
406 esclarecimentos. Eu acredito que boa parte dos conselheiros têm as mesmas dúvidas que
407 eu, o que está por trás disso, regularizar pequenas residências, lotes ou regularizar
408 módulos rurais, o que está por trás disso. Para completar, todo o gravame deve ter um
409 objetivo, né. Era isso, obrigado! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
410 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Eu estava ouvindo aqui
411 atentamente e fico me perguntando tem essa questão que o Hermes a recém fez, o que
412 regularizar e esse questionamento que o Campani faz com relação com relação a ser uma
413 área rural. O expediente, a par dos argumentos também do Conselheiro Gomes, que são
414 louváveis, que é um problema que vai ser enfrentado pelo pessoal que faz o produto
415 orgânico. No expediente a gente não informação suficiente e nem completa sobre o que
416 está sendo feito. Parece que é simplesmente cadastrar um acesso de uma rua, como se
417 isso não tivesse implicações, como se isso não fosse uma área rural. Vai regularizar o
418 quê? Ele passou na Unidade de Regularização Fundiária, mas não tem informação no
419 processo, tem um parágrafo no requerimento dizendo que ele tem uma atividade de
420 turismo rural e quer fazer uma microcervejaria. Isso pode estar em um “processo filhote”,
421 como vocês dizem, mas não está a informação completa. Então, não é simplesmente



422 regularizar e cadastrar a rua que já existe. E até é um problema que existe, que vai afetar
423 diversos produtores, eu acho que não cabe processo por processos, rua por rua. Então,
424 tem que ter uma legislação e um estudo adequado com relação a isso. Então, não é – vou
425 pegar cada e fazer reconhecer cada acesso. Não, eu acho que tem que ser feito um
426 estudo para atender uma real necessidade e não de forma pontual como está sendo feito
427 sem maiores informações no expediente, no meu ponto de vista. obrigada. **Felisberto**
428 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, quero
429 complementar. Não tem um estudo de impacto, qual o impacto que representa essa rua,
430 tendo em vista a atividade que lá é exercida, né. Então, não há! E além daquilo que o
431 Hermes e outros levantarem, e a Claudete muito bem levantou, a questão é o que está se
432 regularizando, não se tem esclarecimento. Então, não é a rua, a rua não está lá, tem um
433 beco, é o Beco do Paraíso. Não é rua, está se pedindo para se tornar rua. Ela é um beco.
434 Eu não estou contra, mas o impacto, são poucas famílias, tem outras na cidade que não
435 têm o mesmo tratamento, apesar de que se as pessoas não solicitam, e eu cito o exemplo
436 da Dorival castinhos Machado, que há anos está se pedindo o prolongamento e não é bem
437 vindo... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
438 **Sustentabilidade - SMAMS:** Tocou o celular do Conselheiro Felisberto durante o debate
439 ali. Conselheiro? Quer concluir? Pode falar! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
440 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Deu um problema no meu celular, vou tentar
441 entrar novamente, desculpe! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
442 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok. Obrigado, Conselheiro Felisberto,
443 pela manifestação. Na sequência o Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular),**
444 **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Quero mandar meu
445 abraço também ao Conselheiro Emerson, que pude dar meu abraço pessoalmente quando
446 da passagem do seu pai, estava lá com ele e desta vez não consegui estar com ele para
447 dar o meu abraço também. Então, estou mandando meu abraço por aqui. E passando ao
448 nosso debate sobre essa área, eu tenho que concordar com o Gomes, né, e tem que
449 lembrar um pouco o pessoal, o Campani, o Felisberto, que é o seguinte, ali trata-se de
450 uma de uma área que já é consolidada de passagem. Pelo o que a técnica da Prefeitura
451 pode mostrar é uma área que o Campani vai entender o que eu estou falando quando eu
452 disser que é uma área antropizada, porque ela já passou, não é assim: tem uma área, não
453 tem nada e vamos passar uma rua. Já existe ali uma rua que é passagem. E eu fico muito
454 surpreso também quando todo mundo fica falando – Ah, mas quem tem interesse? Como
455 vocês muito bem falaram, o modo de fracionamento ali é 2 hectares. O que aconteceu com
456 Porto Alegre quando estabeleceu a área rua, muitos pequenos proprietários de pêssegos,
457 de frutas e tal, com pequenas propriedades tiveram que se estabelecer por ali e eles
458 precisam também, como diz o Gomes, escoar e ter acesso as suas pequenas
459 propriedades. Aí o pessoal, não sei porque fica achando sempre que tem algum interesse
460 de alguma grande empresa; mas qual empresa que vai querer área rural que só tem
461 pequenas propriedades 2 hectares? A especulação imobiliária, como alguns gostam de
462 falar, não se interessa por essa região de Porto Alegre e, muito pelo contrário, quando ela
463 foi feita de novo para área rural foi para atender os pequenos, para atender a pequena
464 propriedade, porque a área rururbana era uma transição, era como se fosse uma área de
465 transição entre a zona rural e a zona urbana, mas acontece que começou a ficar com
466 confuso para a Secretaria da Fazenda, como que ela ia arrecadar. (Sinalização de tempo
467 esgotado). De um lado da rua tinha uma área urbana e do outro lado não era urbana.
468 Então, na verdade, foi um retrocesso. Agora, eu fico muito impressionado quando aparece



469 algum processo como esse, que vai atender a pequenos e muita gente é contra, tá! Eu
470 acho assim, eu sou totalmente a favor, apoio, a mesma coisa que o Conselheiro Gomes
471 falou, a que a gente tem que pensar na cidade e em todo mundo. (Sinalização de tempo
472 esgotado). Nas empresas, como bem falou no início o nosso amigo lá por causa dos
473 empregos, que as pessoas estão sem empregos e também os pequenos também têm que
474 ter a chance de vender sua pequena produção lá na zona sul de Porto Alegre.
475 Conselheiros aí da Restinga e tal, e da Vila Nova, podem dizer como tem pequenas
476 propriedades, alguns têm que fazer turismo rural até para ganhar um dinheirinho. Agora,
477 ficam preocupados em abrir uma rua, que vão só cadastrar uma rua que já existe, que já é
478 antropizada, como a gente pode falar em termos técnicos de meio ambiente. Ah, faça-me o
479 favor! Vão aprovar isso daí e ajudar também os pequenos da nossa cidade! **Germano**
480 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
481 **SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. Então, encerrando o período de discussão.
482 Conselheira Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do**
483 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Gente, vocês estão fazendo uma
484 confusão. Desculpem, mas assim, este é um simples pedido de cadastramento, que
485 conforme está no pedido, é para viabilizar uma atividade compatível com área rural. E que
486 fique bem claro, cadastramento, como a área é existente, anterior a 1972, cadastramento
487 não gera parcelamento de solo. Certo? Segundo, a gente para poder viabilizar o
488 desenvolvimento de uma atividade rural, ou seja, atender aquilo que está no princípio da
489 lei rural, a gente precisa cadastrar a rua, porque a gente não consegue regularizar
490 nenhuma atividade econômica que não seja residência se não tem frente para rua
491 cadastrada. Isso está no Plano Diretor. E o que acontece? Essas atividades rurais são as
492 atividades que são permitidas no Plano Diretor, existem as atividades, se vocês olharem
493 ali no anexo V, existem atividades permitidas Plano Diretor, essas não podem ser
494 realizadas se não houver o cadastramento. Esse é o objetivo do cadastramento e que está
495 explicado ali. Se ele vai regularizar ou não depois, isso vai passar por um processo
496 posterior, mas uma coisa é o cadastramento, que tramita neste Conselho, outra coisa é a
497 regularização da edificação. Se a edificação se enquadrar como um empreendimento de
498 grande porte, ela também vai posteriormente tramitar neste Conselho, mas se não for o
499 caso ela vai tramitar normal, mas o que entendo que está sendo feito aqui é que passe um
500 pedido de desenvolvimento da atividade rural, que é aquilo que o próprio Plano Diretor e a
501 lei que previu a atividade rural para que aconteça. A lei da atividade rural foi feita
502 especificamente para possibilitar o desenvolvimento das atividades. Então, o que a gente
503 faz ao permitir o cadastramento dessa rua é permitir que uma atividade rural compatível
504 com a área se desenvolva, não existe nada relativo a parcelamento solo. O cadastramento
505 da rua não vai mudar o regime de parcelamento do solo, que continua com padrão
506 rarefeito, que, inclusive, é mais restritivo que o módulo do... Esqueci agora! Que o Darci
507 estava comentando. O módulo do intra. Não tem conflito nenhum com a legislação federal
508 nesse caso. A gente está simplesmente consagrando uma atividade que está prevista pela
509 lei de ser permitida lá. É basicamente isso. Eu não vejo assim, não há indução a nada, não
510 há, senão não existiria no Plano Diretor uma alternativa para área rarefeita. Ela é
511 exatamente prevista para isso, entende? E outra coisa, esse processo tramitou juntamente
512 com o que o Merino relatou, que, inclusive, o que o Merino relatou era mais impactante do
513 ponto de vista ambiental, porque lá era uma APAM e aqui é uma área que seria,
514 originalmente, pelo Plano Diretor, de produção primária. Então, eu acho estranho ter uma
515 contradição de manifestações dos colegas, enfim. Eu relatei, eu fui sorteada para relatar



516 este processo, não conhecia e fiz a análise que era compatível com um simples
517 cadastramento de rua para viabilizar uma atividade de acordo com o que está previsto no
518 Plano Diretor. Só isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
519 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, pelos
520 esclarecimentos. Nesse sentido, então, o relato feito pela Conselheira Patrícia é o relato
521 favorável feito na última reunião, anexado no processo e relatado em 20/08. Nesse sentido
522 eu abro para o período de votação. Consultando a Conselheira Lisiane, representante do
523 DEMHAB, como vota, se favorável ou contrário ao PARECER FAVORÁVEL da relatora.
524 **VOTAÇÃO NOMINAL:** Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento
525 Municipal de Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª
526 Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur
527 Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Cláudio Maineri de Ugalde
528 (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –
529 METROPLAN: Favorável. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de
530 Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Ana Paula (Suplente), Secretaria
531 Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável. Guilherme Fraga
532 Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:
533 Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia
534 Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Contra. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso
535 Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Contrária. Sérgio Saffer (Titular),
536 Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Favorável. Emílio
537 Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul –
538 CAU/RS: Favorável. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do
539 Brasil – IAB/RS: Favorável. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos
540 Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Abstenção. Eu não me senti
541 esclarecido para tomar uma posição. Obrigado. Fernando Martins Pereira (1º Suplente),
542 Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: Favorável. Rogério Dal
543 Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:
544 Favorável. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do
545 Sul - SOCECON/RS: Contrário. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de
546 Planejamento Um – RGP. 1: Contrário. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região
547 de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Abstenção. Jackson Roberto Santa Helena
548 de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Favorável.
549 Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP.
550 4: Abstenção. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de
551 Planejamento Quatro – RGP. 5: Abstenção. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),
552 Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Favorável. Jane Eliane Ferreira
553 Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:
554 Abstenção. Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento
555 Oito – RGP. 8: Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de
556 Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-
557 HOCDUA: Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
558 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Então, temos 17 votos favoráveis, 05
559 abstenções e 04 votos contrários. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DA**
560 **RELATORA.** Então, passamos ao **ITEM 4.0:** 002.3097470.08, aprovação de Estudo de
561 Viabilidade Urbanística da José Aloísio Filho. O relator é o Conselheiro do IAB. Esse



562 processo teve apresentação da equipe do planejamento e apresentar do parecer favorável
563 do IAB. Então, foi solicitado vista pelo Conselheiro Gomes, Conselheira Claudete,
564 Conselheiro Adroaldo, Conselheiro Saffer e Conselheira Patrícia. Eu já passo, a
565 Conselheira Patrícia analisou o processo detalhadamente e apontou algumas
566 inconsistências. Então, antes de fazer a leitura da equipe do planejamento peço para que
567 Conselheira Patrícia fazer o seu relato de vista, porque imagino que se encaminhe com a
568 própria manifestação do IAB já e o entendimento dos demais conselheiros. **Patrícia da**
569 **Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
570 **Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou ler o meu relato. Semana passada, depois do
571 parecer do Rafael, que demonstrou uma questão quanto à movimentação de terras enfim,
572 naquele expediente. Eu achei que era uma situação meio grave, aí eu resolvi pedir vista
573 ao processo e estudar ele bem direitinho e verificar o que aconteceu. Então, vou passar a
574 ler o relato de vista: “Solicitamos vista a este processo tendo em vista o conteúdo do
575 parecer do relato de autoria do IAB, o qual refere inadequações quanto à utilização da
576 referência de nível do projeto, o qual alega divergir da situação natural do terreno. A
577 adoção da referência de nível em 7,75m, segundo relato, implicou em adoção de recuo de
578 altura diferenciado na avaliação do projeto. Procedemos dessa forma a análise do
579 processo, com o intuito de retificar ou ratificar a informação. O presente processo iniciou
580 com etapa de diretrizes no ano de 2008. Nesta etapa foi anexado na página 05
581 levantamento planialtimétrico, datado de julho de 2008, o qual apresenta cota superior de
582 4,12m aos fundos do terreno e cota inferior de 3,2m na posição frontal do terreno. Por
583 outro lado, consta na página 13 desta etapa ainda, cópia do levantamento
584 aerofotogramétrico do município de 1982, o qual indica a cota mais alta do terreno de
585 4,4m. Segundo informação constante na página 14, o imóvel possui origem em
586 loteamento, denominado Loteamento Parque de Anápolis aprovado pela Lei nº 1233, de
587 1954. Conforme o levantamento aerofotogramétrico de 1962, constata-se que o mesmo
588 estava concluído nessa data, podendo desta forma ser considerado como referência para
589 fins de validação da referência de nível. Em outras situações, em caso de loteamento,
590 obras públicas, o levantamento aerofotogramétrico não é considerado adequado para a
591 verificação da referência de nível. Neste caso ainda, na etapa de diretrizes, verificou-se
592 que na área seria necessária a realização de estudo de solo, por tratar-se de aterro
593 sanitário. Entretanto, não constam informações disponíveis a este Conselho referentes à
594 autorização para movimentação de terras relacionado a esse estudo para que se possa
595 efetuar a verificação das informações. Em 18 de março de 2019 foi protocolado Estudo de
596 Viabilidade Urbanística, para o qual já havia sido anexado o levantamento planialtimétrico
597 com a identificação do terreno, constatando a movimentação de terras, na página 61 dessa
598 etapa. Nesta etapa, embora já constasse o planialtimétrico, com a modificação a que se
599 refere o relator, o projeto a ser avaliado foi considerado com a RN de 4m, estando
600 compatível com o perfil natural do terreno. Este EVU foi aprovado, estava em condições de
601 ser encaminhado ao CMDUA. Quando o requerente desistiu de tapa e solicitou alteração
602 do projeto, exclusivamente, quanto à altura das edificações. Em um primeiro
603 comparecimento, datado de 30 de janeiro de 2020, foi constatada a altura de 40,50m,
604 tendo sido recomendada a modificação de recuo de altura para 8,10m. Entretanto, o
605 processo carece de informação com a qual a colega procedeu a análise para fins de
606 comparação quando à modificação da situação final. A proposta apresentada, após a
607 solicitação de correções, apresentou a referência de nível a 7,55m, sendo, por
608 consequência, altura considerada para fins de avaliação de recuo de altura 37,76m”.



609 Dessa forma, eu consultei as equipes quanto à metodologia de análise. “Tendo em vista as
610 informações acima relacionadas, consultei os órgãos técnicos quanto a sua metodologia
611 de análise. E me foi informado para análise que foram consultados os documentos
612 anexados na etapa”... E daí eu gritei “na etapa para os quais pressupõem serem
613 verdadeiros, tendo em vista que os mesmos são acompanhados das devidas
614 responsabilidades técnicas, os quais entende-se que atestam as informações anexadas na
615 referida etapa e na anterior”. Aquela antes da retificação da altura. “Dessa forma,
616 considerando as informações constantes na referida etapa, as informações estão
617 avaliadas de forma correta. Quanto à referência do relator em relação à resolução
618 interpretativa 02/2000 e a Ata 07/2006 do GRPDDUA, foi-nos repassada a seguinte
619 informação: Não se encontrou nada que corrobore que a análise técnica efetuada esteja
620 errada, considerando a documentação apresentada, pois pela ata citada pode ser
621 considerado um levantamento planialtimétrico para aferir a topografia e a referência de
622 nível. Geralmente a prevalência do levantamento planialtimétrico da DMI se dá quando
623 não é apresentado o levantamento planialtimétrico. Logo, como foi apresentado o
624 levantamento planialtimétrico e a cota aferida como a RM constava nele se entendeu que
625 não houve erro na análise de cálculo dos afastamentos de altura. Entretanto, embora
626 esteja de acordo com a análise técnica, a qual foi feita de boa fé, tendo em vista os
627 documentos que foram apresentados e acompanhados das respectivas responsabilidades
628 técnicas, os registros históricos do processo indicam que o levantamento planialtimétrico
629 não corresponde ao perfil natural de terreno, tendo sido efetuado posteriormente a
630 constatada movimentação de terras. No entanto, há indícios de que a movimentação de
631 terras pode ter sido decorrente da solução da questão de contaminação referente ao
632 aterro de resíduos sólidos. Entretanto, não é possível pelos documentos disponíveis ao
633 Conselho aferir esse fato. Saliento no presente caso a importância da preservação e dos
634 cuidados com os registros históricos e com a instrução dos processos no momento da
635 migração digital e dos seus registros. Considerando as informações acima ponderadas,
636 acompanho o voto do relator, recomendado que sejam efetuadas as correções do projeto,
637 considerando os dados referentes ao perfil natural do terreno original ou para que sejam
638 efetuados os devidos esclarecimentos do presente processo quanto às informações
639 apresentadas ou carentes de informação nas diversas etapas”. Esse é o meu parecer.

640 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
641 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Patrícia. Enfim, já encaminhando no
642 sentido do voto contrário, acompanhando o voto do relator. Imagino que seja unanimidade
643 aqui neste Conselho pela reprovação do presente expediente, mas eu consulto se
644 algum outro conselheiro que pediu vista se também quer fazer algum comentário, senão a
645 gente já encaminha para deliberação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
646 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente e conselheiros, eu vou fazer um
647 comentário do retrato de vista. Eu fiz um estudo do caso, além de todas as coisas que o
648 Rafael tinha levantado, que a Patrícia levantou, eu quero ressaltar uma certa indignação
649 com o profissional que propôs esse projeto. É de uma clara nítida intenção de burlar a
650 prática correta do trato do licenciamento de projeto em Porto Alegre e em qualquer lugar
651 do mundo. Nós em 2019, ou seja, um pouquinho atrás, esse projeto foi aprovado com 33m,
652 12 pavimentos, acomodando 464 apartamentos. Essa brincadeira de plantar um morrinho
653 para conseguir uma cota de referência maior proporcionou mais 16 apartamentos, ele
654 passa a ter 15m de altura e 480 apartamentos. A empresa deve ser chamada de alguma
655 maneira, isso no meu entendimento é um crime que pode, inclusive, levar pela confusão



656 criada o próprio constrangimento do avaliador que estava fazendo a análise do projeto. Eu
657 tenho trinta e poucos anos de militância dentro da Prefeitura de Porto Alegre fazendo
658 licenciamento. Muitas vezes o revisor me alertou de que eu tinha um levantamento melhor
659 para usar a meu favor, aí me colocava o levantamento topográfico lá de 1950, que é
660 excelente, que ele capta Porto Alegre um certo momento e te coloca em uma situação
661 melhor para resolver algumas coisas. A simples leitura da DMI já mostra que a realidade
662 topográfica altimétrica desse território é outro e não aquela do morrinho. Então, não é um
663 projeto pacífico, é o projeto que deve ser exemplarmente trabalhado junto a essa empresa.
664 Essa prática nos coloca, a nós como arquitetos que trabalhamos com licenciamento, que
665 tem a profissão, que tem um ganha-pão nisso, em uma situação de desconfiança e não é a
666 nossa prática. Então, essa negativa nossa hoje a esse processo deve ser muito maior do
667 que um simples “ah, você estava errado”. Não, ele deve ser: o que aconteceu com esse
668 projeto, com esse tratamento que nos trouxeram aqui? Imagina o seguinte, eu estava
669 pensando, este projeto está aqui porque tem 400 vagas de estacionamento, se tivesse 399
670 passava. Certo? Inclusive, hoje com a nova legislação que tu podes botar quantas vagas
671 você quer, passaria e o morrinho estaria lá plantado, permitindo que o colega arquiteto
672 que fez isso botasse lá os seus 480 apartamentos, enquanto nós, qualquer um dos
673 arquitetos mortais aqui do conjunto não passaríamos de 464 e ainda seríamos talvez
674 acusados de incompetentes perante o grande empresário que, digamos, incentivou, pagou
675 e promoveu esse projeto que agora está a nos constranger. Eu me sinto constrangido com
676 esse tipo de comportamento da classe dos colegas arquitetos. Era isso, Presidente.
677 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
678 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro Gomes. vou passar a palavra ao
679 Conselheiro Adroaldo, depois ao Conselheiro Relator e ao Conselheiro Saffer também.
680 **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP.**
681 **2:** Presidente, considerando aqui o nosso Conselho, tentei, inclusive, entrar em contato
682 com alguém lá representante do empreendedor para tirar algumas dúvidas e não consegui,
683 só consegui uma arquiteta lá que me atendeu, depois, mais ninguém. O meu relato de
684 vista por falta de conhecimento não ficou satisfatório, não ficou a contento, porque, na
685 verdade, para os colegas saberem, eu querendo defender a região estava na tendência de
686 votar contra o nosso prestigioso Relator Rafael. Então, gostaria de perguntar se há
687 processo de eu retirar meu pedido de vista, desconsiderar, já que vai ter que ser todo
688 reavaliado? Isso o que o Gomes fala para mim é uma lição. E quero deixar claro que a
689 intenção sempre, principalmente eu representando uma região, não quero deixar ninguém
690 desconfortável e nem quero votar errado em qualquer processo que tenha que ter o meu
691 nome como representante da região. Eu gostaria de retirar meu relato de vista, porque eu
692 não ia acompanhar o relator. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
693 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro
694 Adroaldo. Fica consignada a sua retirada do parecer de vista favorável à aprovação do
695 expediente. Conselheiro Saffer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
696 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite a todos. A nossa vista já foi remetida, mas
697 não vou ler, porque prefiro falar em nível de debate, mas vou falar o que está no relato de
698 vista. Realmente, é um processo muito delicado e acho que até foi o Felisberto que disse
699 que nós temos que tomar um cuidado de chegar à conclusão sem fazer uma avaliação
700 total do processo. Eu concordo que o RN foi equivocados, errado, nós também colocamos
701 essa posição, só que a minha sugestão, ao invés de votar contra, colocar em diligência
702 para o setor, para poder fazer maiores esclarecimentos, conversar, saber exatamente o



703 que aconteceu. Vejo assim, eu até brinquei com o Rafael, eu disse: "Rafael, o primeiro
704 projeto foi feito por engenheiro"; eu achei que o segundo também tinha sido feito por
705 engenheiro, mas não, infelizmente, o segundo foi feito com arquiteto. (Risos). Mas o que
706 eu queria dizer é o seguinte, a topografia, o topógrafo é contratado para fazer o que
707 encontra lá, podem me corrigir. O segundo topógrafo, aparentemente, não fez nada
708 errado, fizeram aterro, é uma zona que a gente sabe que é um banhado, onde as pessoas
709 fazem aterros. E o segundo topógrafo fez. O que está errado, a pessoa que fez o projeto
710 usar um RN baseado em um topógrafo que a gente sabe que não se usa o RN de aterro.
711 Se usa em aterro a topografia de área natura. Agora, só para colaborar, o Rafael levantou
712 a questão do balanço, Rafael. Também para ajudar, se a Patrícia pode passar ou para
713 quem está aqui da CAUGE, confunde um pouco isso, porque é o seguinte, no corte a
714 pessoa mostra e existe o balanço sobre o recuo em todas as fases dos prédios no corte.
715 Já na planta baixa, o balanço só tem no recuo de frente e que é permitido por lei o recuo
716 de balanço. Ali não é bem um balanço no sentido de que não tem nada embaixo, porque o
717 recuo é maior que o recuo de jardim. Como a base pode ir até embaixo e o prédio é Minha
718 Casa Minha Vida, o térreo vai até, o "balanço" vai até o chão, mas é só para o recuo de
719 frente que é permitido. E a outra coisa é que ali também está digitalizado, acho que esse
720 processo é feito via CADAP, não sei se pode me esclarecer, já na pandemia, porque eu vi
721 que a assinatura é toda via eletrônica. Então, outra sugestão que eu queria fazer deixar,
722 deixar mais claro nesse tipo de processo qual é a planta que foi aprovada, porque a planta
723 que está lá só tem a assinatura do responsável técnico. E, normalmente, a planta
724 aprovada no EVU tem assinatura de todos os participantes da comissão. Então, ali eu
725 fiquei um pouco confuso na planta. E a última coisa, tem um corte na última folha ou na
726 penúltima folha, que foi digitalizado pela metade. Então, no meu parecer eu deixo essas
727 quatro sugestões, uma concordando com o RN, vou ler rapidamente, concluindo: "Pelo
728 exposto acima, sugerimos ao relator que coloque em diligência a CAUGE para receber o
729 projeto em questão, revendo o RN e seus afastamentos. Sobre o balanço do recuo de
730 frente nos parece correto o apresentado". Apesar de que não corte tem uma apresentação
731 errada, mas não na planta baixa. "Solicitamos a correção da página 96 com a
732 apresentação do corte de forma total e verificamos que as assinaturas da CADAP foram
733 digitais, mas não ficou claro no processo qual é a planta aprovada no EVU, visto que as
734 assinaturas não estão na planta nesta modalidade de aprovação". Então, fica uma
735 sugestão de que nos próximos processos fique mais clara ou referendada qual é a planta
736 que está aprovada para nós podermos continuar nessa modalidade de aprovação digital.

737 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
738 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Saffer. Então, o Conselheiro Rafael, o
739 relator, para a sua conclusão. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**
740 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não vai ter debate, Germano? Eu prefiro até aguardar,
741 ouvir o debate, aí eu me manifesto. Pode ser? **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
742 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode ser sim. Vou abrir a
743 inscrição para o debate, se qualidade quiser se inscrever para o debate. Conselheiro
744 Felisberto, Emerson e Hermes inscritos. Conselheiro Dal Molin também. Abro a palavra ao
745 Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
746 **Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu vi que a ACESSO também pediu vista. Ela
747 não vai se manifestar? Só faço essa observação. **Germano Bremm, Presidente e**
748 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Deixa eu
749 questionar a Conselheira, se quer fazer o relato de vista. Eu não vi a inscrição no chat.



750 Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
751 **ACESSO CDH:** Pode dar segmento, Secretário. Eu me sinto contemplada com todas as
752 manifestações anteriores. Eu ia até fazer uma manifestação, mas já me sinto contemplada
753 com o que ouvi até, então. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
754 **Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, a minha manifestação é assim, não discordando
755 de todas as observações que foram colocadas, mas eu entendo, antes que se acuse uma
756 pessoa, um profissional, deve se dar oportunidade, porque esse processo passou por uma
757 análise técnico e veio para este Conselho com o parecer favorável. Se houve fraude ou
758 não na questão de movimentação de terra ou na questão do montinho, isso é uma questão
759 que tem que ser avaliada. Se ele usou isso intencionalmente para aumentar as alturas,
760 também deve ser verificado, porque lançar acusação é fácil. Então, é simplesmente o
761 cuidado. E eu não me sinto contemplado pelas informações, tendo em vista essas dúvidas.
762 E eu estou de acordo com o que disse o Sérgio, deveria se encaminhar á diligência para
763 verificar exatamente todos esses argumentos levantados. Obrigado e era isso. **Emerson**
764 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
765 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Boa noite a todos. Obrigado
766 pelas condolências apresentadas por todos os conselheiros, toda a equipe aí da SMDE,
767 SMAMS e outras secretarias. O que eu coloco é que foram bem cirúrgicas as
768 apresentações, os relatos referentes a esse processo. Hoje todos sabemos que tem uma
769 carta planialtimétrica do município, não é tão atualizada, mas dá para ver curva de nível,
770 dá para ver alturas. Eu acho que nesse ponto tem uma evidência aí sim de alguma espécie
771 de esconder alguma informação, porque quando é erro topográfico a gente avalia em
772 curva de nível e quando é erro de altura, aí já é mais intencional de chamar a altura para
773 atender e beneficiar o empreendimento. Eu acho que estão de parabéns todos os
774 conselheiros que fizeram seus relatos e é um caso a se verificar para não ocorrer mais em
775 outras situações, porque a comissão tem que estar bem atenta, a comissão que faz a
776 análise em relação a isso. Principalmente, as pessoas topográficas e quando o regime
777 beneficia a altura para algum empreendimento. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli**
778 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Um
779 abraço, Emerson, também. Bom, eu vou contar uma historinha bem rápida. Quando eu fui
780 supervisor um arquiteto, que hoje frequenta as colunas sociais, nacionais e etc., se
781 aprovava os projetos e daí tu colocavas mais, empregavas mais um conjunto de plantas
782 para serem carimbadas, que eram aquelas plantas que iam para obras, iam para banco,
783 iam para sei lá, quantos conjuntos fossem necessários. Nessa troca ele botou um
784 pavimento a mais e também alterou a planilha. E por acaso foi visto, foi uma coisa muito
785 constrangedora, mas acontecem essas coisas. O que eu quero dizer agora, eu entendo
786 que a prefeitura tem que ter um protocolo para essas situações, não pode nesse caso,
787 como o Rafael, que eu quero parabenizar, porque são coisas muito difíceis, o Rafael até
788 que não tem essa prática de fazer a vistoria nos projetos, nos processos, de olhar, quer
789 dizer, não é uma pessoa que está dentro do órgão público, ele conseguiu perceber isso.
790 Até me estranha porque ninguém viu isso. Foi aprovado pela CAUGE, passa por 500 mil
791 pessoas, mas também não estou querendo dizer nada com isso, o que eu quero dizer é
792 que tem que ter um protocolo na prefeitura quando acontecem essas coisas. Não pode
793 esse arquiteto ou engenheiro, seja lá o profissional que foi, ser crucificado nesse caso
794 porque o Rafael viu. Qual é o protocolo da Prefeitura? Chama, conversa, faz uma
795 denúncia para o CREA ou para o CAU? É isso que eu entendo. Em princípio, eu sou a
796 favor de sempre denunciar os maus profissionais e para isso que eu militei dentro da



797 própria prefeitura e dentro das entidades, inclusive, do CAU, porque denunciando os maus
798 profissionais tu estás defendendo os bons profissionais e defendendo os técnicos da
799 prefeitura, que já aconteceu também de um técnico ser acusado por uma situação dessas.
800 Eu estou sendo bem honesto, bem sincero, eu estou defendendo os técnicos, eu não
801 quero ser mal entendido. Em algum momento alguém pode levantar: “Ah, mas algum
802 técnico viu e deixou passar”. Então, eu sou pela responsabilização sim dos técnicos, dos
803 engenheiros e arquitetos de fora, mas tem que ter um protocolo, não pode ser uma coisa
804 especial para esse caso. É isso que eu queria dizer. Se a primeira coisa que se faz é
805 chamar, conversar e dependendo da gravidade, lógico, aí tem que denunciar direto para o
806 Conselho. Mas eu acho que tem que ter, se não tem deve-se criar um protocolo. Obrigado,
807 **Secretário. Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
808 **SINDUSCON:** Eu queria dizer o seguinte, eu conheço essa empresa que está fazendo esse
809 empreendimento, conheço até o topógrafo e eu posso garantir que são pessoas, que é
810 uma empresa idônea e que é um profissional idôneo. Eu dou os parabéns para o Rafael
811 pelo seu relato, ele é muito minucioso, muito cuidadoso. A Patrícia também, dou os
812 parabéns. O Felisberto praticamente falou tudo o que eu ia dizer agora. Eu também dou os
813 parabéns pela clareza, eu acho que o Felisberto como é advogado, a gente precisa ver se
814 houve mesmo má fé, porque nesse terreno, há muitos anos, eu fiz um estudo também para
815 ele, eu não me lembro também de ter tido morrinho, mas também me lembro que era um
816 solo que tinha que ser remediado. Então, eu não sei se daqui a pouco se tirou terra, se
817 botou terra para remediar o solo e na hora que botou que se criou os morrinhos. Aí vem
818 outro profissional depois e faz, como diz o Saffer, chega lá e encontra uma situação, ele
819 vai refazer o trabalho conforme encontrou. Então, faço minhas as palavras do Felisberto,
820 que antes da gente sair condenando meu, que a gente tenha que realmente fazer uma
821 observação melhor dessa questão. Alguma coisa aconteceu, isso é fato, o Rafael tem toda
822 a razão. Quando ele mostrou as fotos eu vi que alguma coisa não estava legal. Então,
823 todas as pessoas que falaram, o Rafael, a Patrícia, o Felisberto e até o Hermes colocou
824 muito bem, mas eu acho que antes de condenar as pessoas e as empresas a gente tem
825 que dar uma analisada melhor. Eu acho que o Secretário vai poder encaminhar de forma
826 satisfatória. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
827 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Dal Molin. O Conselheiro Rafael,
828 então. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**
829 **IAB/RS:** Obrigado. Primeiro de tudo, Emerson, minha solidariedade, já tinha te mandado
830 pelo grupo de Whats, mas a solidariedade neste momento difícil, ainda no meio dessa
831 turbulência toda. Segundo, agradeço pelos parabéns, embora não tenha que ter esses
832 parabéns, porque estamos aqui cumprindo o nosso dever. Agradecer aos esclarecimentos
833 da Patrícia, que aponta dois equívocos que correm em paralelo. Quer dizer, houve uma
834 movimentação de terra a qual não foi devidamente informada à Prefeitura. Essa não se
835 pode colocar no colo da arquiteta. E outro equívoco é do projeto, que tampouco se pode,
836 aí como não se pode condenar ninguém, ninguém está condenando ninguém, a não ser o
837 projeto e este processo ou esta etapa do processo, esta para mim está condenada,
838 entendo que não seria objeto de diligência, mas de negar essa etapa do processo e que
839 volte, faça de novo. Eu acho que seria não punir, mas fazer uma diligência, mandar de
840 volta esse processo para a etapa final. Não é como se fosse um pequeno erro, digno de
841 um comparecimento, mas não é, é outra coisa. O que vai se fazer com todos os que
842 possam estar envolvidos, foi o que eu disse no grupo de Whats, que parece um caso de
843 denúncia por falta ética ao CAU. Vai ter a devida e ampla defesa da colega, etc., ela vai



844 poder, inclusive, provar que não foi ela. Então, ela foi coagida? Não! Então, ela foi
845 induzida ao erro? Concordo que o topógrafo está fora de questão, não por eu já ter
846 trabalhado com os topógrafos, mas os topógrafos estão lá com o morro, está a data do
847 morro, foi lá e levantou o topográfico. O trabalho dele é levantar, não sabe para o que vai
848 ser usado aquele topográfico, ele faz o trabalho dele. Sobre o balanço, aquele corte nos
849 induz ao erro ali, um balanço que vai até o térreo, eu olhei, bom, para mim não é balanço.
850 Tipo, posso ter cometido esse equívoco de análise. De qualquer maneira, o CMDUA não é
851 um órgão técnico, não deveria ser aqui que se corrige esse tipo de coisa, inclusive, porque
852 há leigos aqui. Isso é louvável, louvarei para sempre. Este é um órgão de debate onde tem
853 que ter os leigos, tem que ter os especialistas. Então, não caberia ao CMDUA fazer esse
854 tipo de correção. Sobre a questão da análise, o Hermes levanta aí muito bem a
855 importância da competência e da perícia dos quadros nos seus devidos lugares, que foi
856 falado no início das Comunicações, a questão dos funcionários que foram destituídos dos
857 seus cargos nas unidades de conservação do município. São para mim, eu não conheço
858 outros, os mais competentes hoje para tratar daquilo, assim como devem ser nesses
859 setores os mais competentes. Então, ainda que entrem sem a experiência devem ser bem
860 instruídos, com treinamento, é uma questão de gestão mesmo de pessoal. E aí eu encerro
861 dizendo assim, a importância que tem a análise técnica por parte do município. Quando
862 em alguns momentos eu manifesto a minha preocupação em regramento que coloca
863 responsabilidade sobre técnicos, que estão propondo um projeto, isso é muito complicado.
864 Isso é muito complicado e não é fugir da responsabilidade técnica para qual nós
865 estudamos e buscamos ter competência. Agora, nós somos a parte muitas vezes com
866 menos condições de se defender, por exemplo, no caso, entre uma grande empresa um
867 poder público com seus advogados, todas as juntas de advogados e um arquiteto com um
868 pequeno escritório. Quem tem menos chances de se defender nesse processo? Isso que
869 nos preocupa como profissionais e me preocupa em que pese deva ser investigada a
870 colega, aí me preocupa como que ela vai se defender frente em meio a esse problema.
871 Então, ressalto a importância da análise técnica, de uma análise técnica com boa gestão
872 do processo. Encerro e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal**
873 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael.
874 Compartilhamos do seu conhecimento, no sentido de encaminhar pela reprovação da
875 etapa e não colocar em diligência. Nesse sentido, para dar uma celeridade, para não
876 passarmos voto a voto, acredito que todos os conselheiros vão votar pela reprovação do
877 expediente, se houver algum voto favorável ou alguma abstenção, por favor, manifestar no
878 chat, se temos alguma abstenção. Temos a abstenção do Conselheiro Felisberto. Ou
879 algum voto favorável? O relato é desfavorável. Nesse sentido, aprovado o relato do
880 Conselheiro Rafael passos, do IAB, pela reprovação do presente expediente, com uma
881 abstenção do Conselheiro Felisberto. **APROVADO O PARECER DE INDEFERIMENTO**
882 **DO PEDIDO.** Passamos Então, ao **ITEM 4.05: 18.0.0000121759-0.** É um ajuste de traçado
883 viário, a gente teve o relato do Conselheiro Paulo Jorge, o parecer favorável foi
884 apresentado em 25/08/2020. Temos aqui o relato de vista da Conselheira Tânia, já juntou
885 na última reunião. O Conselheiro Gomes também com parecer favorável. Eu vou pedir que
886 a equipe do planejamento nos relembra o expediente, embora esteja na lembrança um
887 pouco de todos, mas faz uma apresentação rápida e depois eu abro a palavra se a
888 Conselheira Tânia ou o Conselheiro Gomes quiserem fazer o relato de vista. **Catiane**
889 **Burghausen Cardoso, Arquiteta da Equipe de Planejamento Urbano:** Então, é o
890 Processo 18.0.000121759-0. É um ajuste de traçado viário e de área verde. O requerente



891 é o próprio município. Fica na Região de Planejamento 06, no Bairro Teresópolis. Aqui à
892 direita a gente consegue ver em azul a adequação do traçado viário e um trecho a ser
893 adequado no gravame de praça. Aqui na imagem de satélite a gente consegue ver a
894 localização, aqui é a Estrada Salater, a Diretriz 4383 e a Praça Frei Celso Brancher, a ter
895 o seu gravame ajustado. Aqui a gente vê os anexos da resolução, em vermelho a
896 adequação a ser feita, em verde a área da praça. Essa educação se dá em razão da
897 aprovação e licenciamento do loteamento Chácara Teresópolis, conforme essas plantas.
898 Aqui tem um detalhamento do projeto geométrico do alinhamento. Então, em função da
899 aprovação desse loteamento em 2009 e licenciado em 2015, surgiu a demanda da
900 adequação da diretriz e do traçado da praça. A nota técnica da PGM não vislumbra óbice
901 jurídico e cita o parecer da CDU, que foi uma questão de compatibilização de traçado com
902 o traçado do loteamento. É isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
903 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Catiane.
904 Nesse sentido, pergunto à Conselheira Tânia se quer fazer o relato de vista. **Tânia Maria**
905 **dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Posso fazer
906 o relato de vista. É o relato de vista, RGP. 4, Tânia Silveira. Porto Alegre, 1º de setembro.
907 Ao CMDUA, referente ao Expediente Único 002.206656.0.4. SEI 18.0.00121759-0. Vista
908 da Região de Planejamento 4. Trata-se da alteração de gravame de traçado viário de
909 diretriz 4383 e ajuste de gravame da Praça Frei Celso Brancher, no loteamento Chácara
910 Teresópolis. A mesma teve EVU deferido em 02/07/2008, licenciamento em 04/11/2015. O
911 projeto geométrico foi aprovado no EPO/SMOV em 24/07/2017 e gerou a necessidade de
912 ajuste de traçado viário e da área verde. A PGM se manifestou em nota técnica PMS
913 06345/2020, em óbice. Tendo em vista somente a correção do traçado viário do PDDUA.
914 Inserido na MZ 4 UEU 034, conforme plantas anexas 1 e 2, a RGP 4 é favorável ao
915 processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
916 **Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigada, Conselheira Tânia, pelo relato.
917 Conselheiro Darci, vai fazer o parecer de vista? **Darci Barnech Campani (Titular),**
918 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Posso fazer.
919 Trata-se de ajuste de gravame de diretriz 4383, o detalhe foi aberto no dia 13/03/2017,
920 com seu primeiro despacho em 13/01. Antes do processo ser aberto ele já estava com
921 despacho. A folha de abertura do processo não diz nada, somente está lá o expediente
922 único, tanto é que o despacho seguinte, agora não sei se foi 5 ou 3 meses depois, porque
923 não sei se aquele despacho está com a data errada, é de julho, onde a CPU/SMURB
924 despacha para que seja dada a justificativa, pois não consta no requerimento o expediente
925 único. A justificativa toda é a adequação do projeto já aprovado no loteamento Chácara
926 Teresópolis. E em momento algum visa as vantagens para o município, apenas apresenta
927 como resultado de um projeto já aprovado, não permitindo a análise de alternativas. Pela
928 análise da imagem que foi a recém-projetada aí, disponível, vemos a imagem de satélite, o
929 que podemos visualizar, já que não se pode visitar o local, que seria a opção mais
930 interessante, a opção apresentada não tem informação se foi proposta pelos técnicos da
931 prefeitura ou pelo empreendedor do loteamento, já que isso deve estar lá no projeto do
932 loteamento, a gente não conseguiu acesso a esse processo, joga que joga para uma área
933 de mata preservada a diretriz proposta. Então, isso é uma coisa que até o Conselheiro
934 Paulo Jorge destacou no seu relato, que a área, a diretriz passa em cima de uma área de
935 mata preservada, podendo ser entendido que poderia ser uma facilidade para o
936 empreendedor. Como eu não tive acesso ao processo de loteamento, a gente não tem
937 essa informação ali, o empreendedor se desfaz de uma área de mata do seu loteamento e



938 passa para o município. O encargo de vir a tramitar a solicitação de remoção da
939 vegetação, quando a rua for executada, nesse sentido sou de parecer de que a rua
940 mantenha o traçado atual, pois já é existente em forma de acesso. O processo realmente
941 foi difícil de entender o que está lá, houve informações, ele ficou um ano e três meses
942 parado, sem despacho nenhum de nós aqui temos que ser pressionados, sempre
943 chamados de quem está querendo retardar. E entendo que esse retardado tenha sido
944 involuntário, não por má vontade, mas porque o nosso município está precisando de mais
945 profissionais na Secretaria. Então, foi em novembro de 2018, até fevereiro de 2020, esse
946 processo não teve nenhum despacho na Prefeitura Porto Alegre. Então, não estou
947 entendendo exatamente o porquê em cima de uma área preservada se colocar um
948 gravame. Então, vou ser contrário ao projeto de alteração. Acho até que olhando
949 superficialmente, essa diretriz nem precisava, acho que talvez o ideal mesmo seja retirar a
950 diretriz para preservar aquela mata ali. Eu acho que até seria um grande ganho para o
951 próprio loteamento que ganharia mais uma área preservada para o seu convívio.
952 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
953 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. Conselheiro Gomes para o seu
954 relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
955 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Eu percebo que teve certa dificuldade dos
956 colegas do Conselho de entender o que realmente é o objeto. É uma pequena adequação
957 do projeto geométrico quando a SMOV, diga-se de passagem, fui supervisor há alguns
958 anos lá, fez um projeto geométrico e teve que adequar em relação à implantação do
959 loteamento, o projeto do loteamento legal, deferido em 208, licenciado em 2015. Em 2017
960 que o EPO faz o projeto geométrico, uma adequação e é uma pequena adequação. E para
961 enxergar no mapa tem que pegar praticamente uma lente para ver o pedacinho que é. Não
962 existe nada de intervenção na área verde que não tivesse sido aprovado há muito tempo lá
963 em 2008, quando licenciado o loteamento Chácara Teresópolis. Na verdade, é um ajuste
964 para adequar ao traçado do Plano Diretor em função das informações que a SMOV,
965 através do escritório de projetos e obras do EPO, coloca aí para o pessoal do
966 planejamento. Então, dou absolutamente de acordo com isso para fazer essa correção
967 técnica, basicamente, que não tem nenhuma intervenção na questão seja urbana, seja
968 ambiental. A favor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
969 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Nesse
970 sentido, consulto os Senhores Conselheiros se temos alguém inscrito ou com interesse em
971 debater o projeto? A gente tem o Conselheiro Felisberto, Darci, Dal Molin. O Conselheiro
972 Hermes também. Vou encerrar para o debate e abro para o Conselheiro Felisberto a
973 palavra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
974 **RGP. 1.** Boa noite. O meu voto é acompanhar o relato de vista do Darci. Eu estive na área,
975 não é simples como o Gomes está falando, tem área verde sim, não se tem uma área
976 muito robusta e ao contrário de um que nós aprovamos, a aprovação de uma mudança de
977 um traçado viário para ampliar a praça. E aqui é para diminuir a praça. Então, me parece
978 que quem perde é a própria comunidade do entorno, os moradores. E tem mata sim, ali,
979 robusta, não é simplesmente um matinho, né. E nós não achamos aquilo que o Paulo
980 Jorge falou, que havia uma proteção da praça, nós não vimos isso. Eu fui com a
981 Conselheira Claudete e a gente viu bem que é um mata robusta. Então, meu voto é com o
982 parecer do Campani, contrário. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira**
983 **de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estava tentando olhar a planta que
984 está no processo, sob o ponto de vista que o Gomes está analisando. Então, mas mesmo



985 assim acho que se eu fosse fazer um parecer agora, reformulando em cima da visão que o
986 Gomes apresenta, eu seria pela retirada do gravame. Realmente, é uma área de
987 vegetação preservada e que tem um gravame que está em cima dela. Como ali não tem
988 uma coisa que me diga que o condomínio vai ser aqui, que foi aprovado em 2008, hoje eu
989 entrei ainda na imagem do Google e não tem nada construído, pelo que eu vi ali, é uma
990 área preservada. Então, a gente pede lá em 2008 uma licença, nós estamos em 2020, não
991 fizeram nada ainda e a coisa não se resolve e a cidade que fica esperando a vontade.
992 Então, eu mantenho o contrário, no sentido de que acho que pode voltar para o corpo
993 técnico e até avaliar. A negativa aqui volta para o corpo técnico, que pode avaliar se existe
994 uma proposta melhor do que gravar em cima de uma rua preservada. **Rogério Dal Molin**
995 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Vou ter que
996 discordar hoje do meu amigo Felisberto. Eu vou acompanhar o meu Colega Gomes. O
997 Darci é engenheiro agrônomo, professor e ele deve saber muito bem que quando a gente
998 faz um loteamento se faz muitos relatórios de impacto ambiental, laudo de cobertura
999 vegetal, muitos engenheiros agrônomos, biólogos fazem parte desse loteamento. O
1000 loteamento foi aprovado há muito tempo e demora muito para aprovar loteamento em Porto
1001 Alegre. Depois, como o Arquiteto Gomes mostrou, que a própria prefeitura, está o brasão
1002 da Prefeitura no projeto geométrico, que ela pede para fazer um ajuste, aí toda essa
1003 celeuma por causa disso se o empreendedor já fez todas as remoções nesse momento, já
1004 fez as compensações vegetais todas para o projeto de loteamento que está aprovado. E
1005 agora porque vão fazer um reajuste, a prefeitura sugere o ajuste de um traçado, aí pronto,
1006 acabou, né! Aí acabou o mundo, aí vão acabar com a cobertura vegetal lá de Teresópolis!
1007 Ah, meu Deus do céu! Darci, tu és engenheiro agrônomo, sabe muito bem do que eu estou
1008 falando. Por favor, vamos pensar melhor isso aí. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
1009 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, mais
1010 uma vez eu acho que nessas situações sugiro que haja esclarecimento, porque quando
1011 tem um relato de vista que contraria ou que traz novas informações, para a maioria dos
1012 conselheiros fica dúvida: mas afinal tem ou não? Qual o problema de tirar o gravame?
1013 Tudo o que o Conselheiro Darci levantou, se não for explicado fica a dúvida, na dúvida, ou
1014 os conselheiros terminam votando errado, ou votam pela abstenção. Então, eu acho que
1015 poderia se dar um tempo para que foi esclarecido isso e também uma pergunta que fica:
1016 se não fizerem esse ajuste o que acontece? São esses os meus questionamentos.
1017 Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
1018 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. O Relator pediu a palavra também
1019 por último, Conselheiro Paulo Jorge. É importante sempre que tem uma representação, na
1020 inscrição dos debates que se inscreva um representante do governo que entende um
1021 pouco e possa fazer esses esclarecimentos. Justamente tem a oportunidade da fala
1022 durante o debate de um representante do governo para prestar os esclarecimentos. **Paulo**
1023 **Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**
1024 Boa tarde, meus conselheiros. Eu estou aqui escutando os nossos intelectuais falando, o
1025 Hermes que é arquiteto, o Darci que é engenheiro agrônomo, o Gomes que é arquiteto,
1026 mais o nosso arquiteto Dal Molin também, aí são pessoas que eu tenho que respeitar nas
1027 suas colocações como profissionais na área do urbanismo. Eu não sou arquiteto, não sou
1028 engenheiro agrônomo, não sou nem engenheiro para definir a complexidade de uma área,
1029 uma mata. Eu só posso contar a história que eu conheço daquilo ali. Eu conheço desde à
1030 década de 65, que é a continuação da Rua Arnaldo Boher, 931, era tudo mata atlântica
1031 aquilo ali. No final da Rua Arnaldo Boher tem a Rua Belém, depois os Alpes, aí era tudo



1032 área atlântica, mato e morro. Os loteamentos no morro foi avançado, que foi aprovado pela
1033 ESPM a invasão dos morros, dando Habite-se para aquela população, atrás do Hospital
1034 Espírita no morro, que era uma Mata Atlântica do morro também. As mansões que estão lá
1035 em cima são dos burgueses. Não sei quem foram os loucos da ESPM que deram Habite-se
1036 para aquelas mansões lindas lá em cima do morro. Começamos por aí! Ao lado dessa
1037 praça que está pedindo o ajuste, também tem um loteamento lindo ali dentro e tudo
1038 fechado. Quando nós passávamos ali, eu morei na equina ali em cima, não podia invadir,
1039 porque eles não deixavam invadir. Ali não consegue entrar na área, está fechado,
1040 fechadíssimo, onde tem mato, a gente ia caçar tatu, caçar preá, ia caçar ratão ali, mesmo
1041 assim o dono lá nos dava tiro. Inclusive, um colega meu baixou o hospital muito mal,
1042 porque o proprietário que cuidava atirava em nós, nós éramos os negros que caçavam ali
1043 dentro. Acontece o quê? O pessoal preserva essas áreas, deixam guardadas há anos, os
1044 cartórios da burguesia, deixam fechadas por ano, depois que valoriza ali vemos
1045 empreendimentos novos. Ali foi feita a (Inaudível) do OP, para nós da comunidade que
1046 organizamos está fechado. Só para encerrar a minha parte, eu vou ser favorável, porque
1047 não vai afetar a minha comunidade, mas vocês que são intelectuais, é um debate
1048 importante para discutir o que se faz com essas áreas preservadas, que tem mata nativa
1049 ali dentro. Quando eu pedi um curso de urbanismo para vocês, para nós entendermos isso
1050 aí, bem claramente um projeto que se desenvolve em uma área preservada, que é o ajuste
1051 viário, que eu estou vendo aqui. Isso é um traçado, tem a praça e vai ter o loteamento, vai
1052 ter o recuo. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu gostaria o seguinte, eu deixo
1053 aberto este debate, cabe ao meu Presidente, se ele quer abrir para o debate, só que
1054 caberia o nosso Conselheiro da Região 6, que é a área dele, da 5, mas está na 6, fazer o
1055 seu parecer. Se o Gomes aprovar, cabe a ele e com vocês aí. Ele que é arquiteto, é
1056 engenheiro, mais os colegas da plenária aí. Eu não vou entrar nessa discussão aí, porque
1057 eu ou leigo nessa área aí. Obrigado. Se fosse na favela eu saberia. Na vila eu sei, mas em
1058 área de mata atlântica, mata virgem, não sei o que mais, eu não sou especialista. Agora,
1059 eu sou da favela, na favela os becos são comigo. Aí o bicho pega! **Germano Bremm,**
1060 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
1061 Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge, pela manifestação. Nesse sentido, houve os relatos
1062 de vista, oportunizado o debate dos Senhores Conselheiros,, eu abro a votação,
1063 lembrando que a gente tem o parecer favorável do relator, do representante da RGP 05,
1064 temos o relato de vista favorável da Conselheira Tânia, contrário do Conselheiro Darci e
1065 favorável do Conselheiro Gomes. Então, inicio como vota a Conselheira Lisiane do
1066 DEMHAB, se favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL do relator. **VOTAÇÃO**
1067 **NOMINAL:** Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Titular), Departamento Municipal de
1068 Habitação – DEMHAB: Favorável. Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente),
1069 Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC: Favorável. Artur Ribas (Titular),
1070 Gabinete do Prefeito – GP: Favorável. Cláudio Maineri de Ugalde (Titular), Fundação
1071 Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN: Abstenção.
1072 Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da
1073 Sustentabilidade – SMAMS: Favorável. Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria
1074 Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Favorável. Ana Paula (Suplente),
1075 Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: Favorável.
1076 Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações
1077 Institucionais – SMRI: Favorável. Darci Barnech Campani (Titular), Associação
1078 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Contrário (Relato de vista).



1079 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
1080 **CDH:** Eu gostaria de uma Questão de Ordem anteriormente, Secretário, porque o relator
1081 manifesta em suas considerações, ele foi muito bem nas suas colocações, mas manifesta
1082 que deixa conosco. Então, eu quero saber, afinal, qual é o parecer que estamos votando.
1083 E o próprio relator diz: “Eu não tenho conhecimento técnico disso e deixo com os demais”.
1084 Preciso desse esclarecimento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
1085 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Neste caso, como que a senhora vota?
1086 Eu já faço o esclarecimento da Questão de Ordem. Estamos no processo de votação. O
1087 Conselheiro manifestou. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
1088 **Humanos - ACESSO CDH:** Mas eu não tenho como fazer antes de iniciar a votação,
1089 porque eu não tenho palavra, eu só posso pedir no chat. **Germano Bremm, Presidente e**
1090 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Neste caso,
1091 como que a senhora vota? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
1092 **Humanos - ACESSO CDH:** Contrário. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**
1093 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino**
1094 **Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**
1095 **Abstenção. Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**
1096 **IAB/RS:** Abstenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**
1097 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Abstenção. Eu não me sinto esclarecido, eu
1098 acho que teria que ter mais debate, mas como o regimento não permite eu me abstenho.
1099 **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do**
1100 **Sul - SENGE/RS:** Favorável. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da**
1101 **Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável a esse pequeno ajuste no traçado, conforme
1102 a Prefeitura está solicitando. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia**
1103 **do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
1104 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Contrário. **Adroaldo Venturini**
1105 **Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Abstenção.
1106 **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**
1107 **Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de**
1108 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Favorável (Relato de vista). **Paulo Jorge**
1109 **Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**
1110 **Favorável (Relator). Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
1111 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável (Relato de vista). **Jane Eliane Ferreira**
1112 **Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável.
1113 **Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:**
1114 **Favorável. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
1115 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:**
1116 **Favorável. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
1117 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 07 votos favoráveis, 05 abstenções e 04 votos
1118 contrários. Nesse sentido aprovado o Item 4.05 da pauta. **APROVADO O PARECER**
1119 **FAVORÁVEL DO RELATOR.** São 20h23min, consulto antes de encerrar a nossa sessão
1120 se a proposta que eu compartilhei aqui no início da reunião, de a gente encaminhar,
1121 aquela nossa reunião temática que a gente tem, da última quinta-feira do mês, que a gente
1122 desse continuidade no assunto de medidas mitigatórias para fechar o tema, trazer a
1123 equipe do planejamento, que tem uma proposta de metodologia, queria avançar um
1124 pouquinho mais na discussão, para talvez não ficar em aberto. É uma sugestão que veio



1125 do Conselheiro Gomes, outros conselheiros sugeriram e apoiaram a ideia. O Conselheiro
1126 Adroaldo eu acho que também. Então, como a gente tem calendário, o próximo é da
1127 regularização, eu iria consultar os Senhores Conselheiros se entendem dessa forma, que
1128 a gente postergue a regularização fundiária, atrase o calendário das próximas e dê
1129 continuidade na próxima quinta-feira para esse debate das medidas mitigatórias que
1130 consiga concluir o assunto. Então, eu dou a Questão de Ordem para o Conselheiro
1131 Felisberto falar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
1132 **Um – RGP. 1:** Secretário, a minha Questão de Ordem, Secretário, é a seguinte, as
1133 pessoas falam que a gente deve respeitar a questão técnica, os pareceres técnicos, a
1134 equipe técnica, mas quando o conselheiro dá um parecer, viu a área, tem uma visão da
1135 cidade e aí vem com a técnica querer superar uma visão de cidade. Ninguém é contra
1136 atividade agrícola. Eu sou especialista em direito agrário, trabalhei nós Secretaria de
1137 Agricultura, sei o que é módulo rural, sei o estatuto da terra, foi o primeiro estatuto que
1138 desempenhou a função social da propriedade. Então, eu exijo respeito dos meus colegas,
1139 eu respeito todos. E quando eu dei o meu parecer de vista do processo, foi no sentido de
1140 colocar uma visão de que eu entendo de área rural. Não adianta agora porque eu estou
1141 trabalhando com os produtos orgânicos que eu sou mais conhecedor da área do que
1142 outros. Não aceito isso! Conheço esta cidade, sou morador de Porto Alegre e sou o cara
1143 que visito as áreas, eu me criei visitando as áreas. (Sinalização de tempo esgotado).
1144 Então, eu acho que tem que respeitar as posições dos demais conselheiros. Essa é a
1145 questão. (Sinalização de tempo esgotado). Espera, Secretário. Eu quero me manifestar
1146 sobre o voto, né. com relação ao voto, de trocar pauta, eu acho que nós já vamos discutir
1147 atrasado a regularização fundiária, eu acho importante esse tema, porque são mais de 400
1148 comunidades que esperam e a gente sempre aprova algo para beneficiar a capital em
1149 detrimento da vida. Eu coloquei isso no chat e agora eu estou dizendo para que fique em
1150 atendimento, nós não podemos em detrimento da vida priorizar o lucro, porque não há
1151 lucro sem vida. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
1152 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro
1153 Felisberto. Nós temos o Conselheiro Paulo Jorge e depois o Conselheiro Gomes. **Paulo**
1154 **Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**
1155 Obrigado, meu Presidente, Senhores Conselheiros,. O que eu coloquei para os
1156 conselheiros, que é uma visão minha, como um conselheiro com três mandatos no Plano
1157 Diretor, eu sou um dos mais velhos aí dentro. E passei por vários processos aí dentro,
1158 venho aprendendo com vocês, meus conselheiros, com chefe de setor, secretários de
1159 áreas, com o Gomes, com o Hermes, com o Felisberto, o Darci que foi secretário do
1160 DMLU, hoje professor orgânico, sobre Porto Alegre e seus loteamentos. É um debate bom
1161 para ser discutido com os conselheiros, o que é gravame, o que é ajuste, o que é área
1162 verde, o que está ocupado, o que foi legalizado pela prefeitura, como foi isso aí. Tem que
1163 ter um debate chamando uma vez por mês para o conselho e o Presidente abre um debate
1164 com os conselheiros. É importante essa parte. Eu fiquei em dúvida, mas acompanhei o
1165 nosso Conselheiro da Região 06. Então, eu peço, só para encerrar, meu Presidente,
1166 também discutir a regularização fundiária. Ao lado dessa vila, do lado tem esse loteamento
1167 privado, à esquerda tem um loteamento da área limite, uma invasão com mais 08 casas.
1168 Olha bem, à direita está fechado, um loteamento privado, à esquerda tem um loteamento
1169 que está precisando de regularização fundiária. Então, são casos. Ali na Glória se tornou
1170 uma área muito nobre e roca do lado do Teresópolis. Então, para encerrar, eu proporia a
1171 regularização fundiária e também na quinta-feira agora continuar o nosso debate sobre o



1172 que o senhor está colocando, sobre o solo criado e as medidas mitigatórias. É bom
1173 começar a debater isso aí. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
1174 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge.
1175 Vou passar a Questão de Ordem para o Conselheiro Gomes e vou colocar em votação. Já
1176 são 20h30min, cuidado para não retomar o debate anterior. O pessoal está querendo
1177 encerrar aqui. Então, só para a gente não retomar o debate anterior. **Luiz Antônio**
1178 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É bem
1179 rapidinho, é de certa forma para protestar contra o mal uso da Questão de Ordem. As
1180 pessoas estão usando para fazerem argumentos e tal. Então, em relação à Questão de
1181 Ordem, que é Questão de Ordem, só vou dizer o seguinte, Felisberto, na próxima reunião
1182 eu respondo esse teu populismo ideológico. Ok? **Germano Bremm, Presidente e**
1183 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado,
1184 Conselheiro Gomes. É importante lembrar, sim, Questão de Ordem é para dirimir dúvidas
1185 com relação à interpretação do regimento, estala previsto. A gente tem que ter esse
1186 cuidado de não retomar o debate, senão sempre vai ter alguém que vai querer falar
1187 depois. Aí a gente não termina com o assunto nunca, para isso tem os momentos de fala,
1188 de inscrição, de debate, encerrou o debate, avançamos para a votação. Perfeito, Senhores
1189 Conselheiros, então, consulto se a gente encaminha, dando continuidade da reunião das
1190 medidas mitigatórias na última quinta-feira do mês de setembro. Quem é favorável, por
1191 favor, manifeste seu voto. **VOTAÇÃO NOMINAL:** **Lisiane Sartori Fioravanço Magni**
1192 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Júlia Lopes de**
1193 **Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**
1194 Favorável. **Artur Ribas (Titular), Gabinete do Prefeito – GP:** Favorável. **Cláudio Maineri**
1195 **de Ugalde (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional –**
1196 **METROPLAN:** (Saiu). **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do**
1197 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Abstenção, tanto faz. **Gisele Coelho**
1198 **Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:**
1199 Favorável. **Ana Paula (Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade**
1200 **Urbana – SMIM:** Favorável. **Guilherme Fraga Stumpf (2º Suplente), Secretaria**
1201 **Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Darci Barnech Campani**
1202 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**
1203 Contra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
1204 **ACESSO CDH:** Eu gostaria de entender a ordem. Quando nós estamos nos expediente
1205 nós votamos no chat. Uma coisa que poderia ser feito mais rápido nós não podemos usar
1206 o chat e temos que fazer nominalmente. Sou favorável, já havia colocado no chat e que
1207 deve ser anexado às atas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
1208 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu estou fazendo a votação porque
1209 achei que estivesse alguma discussão, alguns contrários, outros favoráveis. Então, é
1210 melhor que se faça. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios**
1211 **de Arquitetura - AREA:** Favorável. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho**
1212 **de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Favorável. **Hermes de Assis Puricelli**
1213 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu
1214 acho que devemos manter o original. O que o Felisberto falou é verdade, as questões de
1215 regularização fundiária sempre são adiadas. Então, nesse sentido, voto contrário. **Rafael**
1216 **Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Contrário.
1217 **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do**



1218 **Sul - SENGE/RS:** (Saiu). **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da**
1219 **Construção Civil – SINDUSCON:** Favorável, mas acho também que a regularização
1220 fundiária também vai precisar de duas sessões. **Mark Ramos Kuschick (Titular),**
1221 **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Contrário. **Felisberto**
1222 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu
1223 vou atender a solicitação do Dal Molin para cortar abarba, é que não deu tempo hoje.
1224 (Risos). Eu sou Contrário, a prioridade seria a regularização fundiária, tendo em vista o
1225 que está acontecendo no Matos Sampaio e em outras regiões da cidade. **Adroaldo**
1226 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:**
1227 Favorável. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**
1228 **Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de**
1229 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** A RGP 04 é contrária, tendo em vista toda
1230 essa problemática que está acontecendo aqui no Matos Sampaio. **Paulo Jorge Amaral**
1231 **Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Favorável.
1232 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**
1233 **RGP. 6:** Favorável, até porque fui eu que sugeri, senti a necessidade de dar continuidade
1234 ao nosso debate, que foi muito bom. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente),**
1235 **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Favorável, mas a regularização
1236 fundiária tem que ser discutida urgentemente. **Dinar Melo de Souza (2º Suplente),**
1237 **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Favorável, mas também acho que
1238 nós temos que discutir a regularização fundiária na nossa cidade. Nós temos muita coisa a
1239 discutir sobre regularização fundiária da nossa cidade. **Emerson Gonçalves dos Santos**
1240 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
1241 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
1242 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos 17 votos
1243 favoráveis, 06 votos contrários e 01 abstenções. **APROVADA A CONTINUIDADE DA**
1244 **PAUTA TEMÁTICA MEDIDAS MITIGATÓRIAS.** Só vamos postergar a pauta da
1245 regularização fundiária, de tamanha importância também, não há dúvida e fica ela na
1246 reunião do mês seguinte, para a gente debater a pauta da regularização fundiária.
1247 Lembrando que para o muito todos os temas são importantes, a gente só encaminhou essa
1248 anotação que veio por meio de alguns conselheiros. Então, a gente posterga um
1249 pouquinho a reunião da regularização fundiária e damos continuidade nas medidas
1250 mitigatórias. Boa noite, Senhores Conselheiros, obrigado pela oportunidade, pelo
1251 convívio, pelo debate, pelo aprendizado de sempre e até logo. **(Encerram-se os trabalhos**
1252 **da plenária às 20h30min).**

1253

1254

1255

1256

1257 **Germano Bremm**1257 **Secretária Executiva**1258 **Presidente**1258 **Relatora**

1259

1260 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2020, ... retificações:**